

O DESEMPENHO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO RURAL ORIENTADO E ACOMPANHADO (AGROAMIGO) NO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR

THE PERFORMANCE OF THE GUIDED AND ACCOMPANIED RURAL MICROCREDIT PROGRAM (AGROAMIGO) IN THE TERRITORY ALTO OESTE, STATE OF THE RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL

Renata Katiele da Costa Santiago. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PLANDITES/UERN). renatasantiago@alu.uern.br

Emanoel Márcio Nunes. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). emanoelnunes@uern.br

Joacir Rufino de Aquino. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). joaciraquino@uern.br

Maria Leiane da Silva. Graduanda em Economia e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). marialeiane@alu.uern.br

GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: O objetivo é analisar o Agroamigo nos seus dezoito anos de operacionalização, e destacar o seu desempenho e importância como mecanismo financeiro para a geração de oportunidades e desenvolvimento na agricultura familiar do território da Cidadania Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte. A metodologia consistiu na revisão de parte da literatura atual sobre o tema, o levantamento e a compilação de documentos e a sistematização de dados de bases oficiais, a exemplo do IBGE, BNB e BCB. A pesquisa revela que o microcrédito se expandiu nos seus 18 anos, e tem sido distribuído nos municípios do território Alto Oeste Potiguar, priorizando o acesso às mulheres e agricultores familiares mais pobres. As operações se concentram na atividade pecuária e, em menor escala, na agricultura e em outras atividades de comércio e serviços refletindo pouca diversificação econômica. Os resultados são, especialmente, quando identificadas inovações relacionadas com a sustentabilidade e a inclusão digital no meio rural. A mensuração dos efeitos dos aspectos mencionados, contudo, requer avaliações qualitativas e quantitativas mais abrangentes e com base em estudos de caso e de impactos territoriais, visando aprimorar o Agroamigo após sua maioria institucional.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Semiárido, Território.

Abstract: The objective is to analyze Agroamigo Program in its eighteen years of operation, and highlight its performance and importance as a financial mechanism for generating opportunities and development in family farming in the territory of Cidadania Alto Oeste Potiguar, in the state of Rio Grande do Norte, Brazil. The methodology consisted of reviewing part of the current literature on the topic, surveying and compiling documents and systematizing data from official databases, such as IBGE, BNB and BCB. The research reveals that microcredit has expanded in its 18 years, and has been distributed in the municipalities of the Alto Oeste Potiguar territory, prioritizing access to women and poorer

family farmers. Operations are concentrated in livestock activity and, to a lesser extent, in agriculture and other commercial and service activities, reflecting little economic diversification. The results are, especially, when innovations related to sustainability and digital inclusion in rural areas are identified. Measuring the effects of the mentioned aspects, however, requires more comprehensive qualitative and quantitative assessments based on case studies and territorial impacts, aiming to improve Agroamigo after its institutional majority.

Keywords: Family Farming; Rural Development; Semi-arid, Territory.

1. INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares brasileiros vêm, ao longo do tempo, enfrentando dificuldades quanto a ausência e insuficiência de recursos e informações sobre técnicas e práticas mais avançadas de produção, além de limitações para acessar crédito, se organizar coletivamente e construir mercados. Para superar as dificuldades, se faz necessário aperfeiçoar estruturas, muitas vezes precárias, para aumentar a produção, os níveis de produtividade e da renda. Neste contexto, a integração da agricultura familiar com a agroindústria de pequeno porte com a coordenação de cooperativas pode viabilizar recursos para o custeio das atividades e abrir acesso aos mercados, construindo dinâmicas regionais de desenvolvimento rural. O crédito rural é um mecanismo de política que pode apoiar nas dificuldades e potencializar a diversificação da agricultura familiar e possibilitar melhores condições de vida para a maioria da população rural, em especial dos habitantes mais pobres.

O estrato mais vulnerável das famílias rurais brasileiras sempre enfrentou dois obstáculos: i) para a atividade no meio rural, os riscos físicos e os riscos econômicos se apresentam como desafio, e que o crédito seja um instrumento para resguardar os agricultores familiares; e ii) no caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), existe risco para os bancos e os agricultores sentem dificuldades em apresentar garantias reais e contrapartidas. Acredita-se que a disponibilidade de crédito unicamente não venha a ser suficiente para resolver os problemas dos agricultores familiares mais pobres, devendo existir outros suportes e aprimoramentos institucionais para elevar a eficiência dos mecanismos de política agrícola, a exemplo do PRONAF. Em sua concepção, seu escopo é o de promover o melhoramento das infraestruturas rurais, prover crédito específico para a agricultura familiar e contribuir para a formação/capacitação do público-alvo do programa.

A partir do exposto, propõe-se a seguinte questão de pesquisa: qual o desempenho do Programa Agroamigo, como microcrédito rural, e quais as contribuições nos seus dezoito anos de operação, para promover dinâmicas de desenvolvimento rural no território Alto Oeste Potiguar e possibilitar a diversificação de cadeias produtivas, maior densidade econômica e a construção de mercados a partir da agricultura familiar e das suas organizações coletivas?

A proposta de pesquisa visa analisar a evolução do Programa de Microcrédito Rural Orientado (AGROAMIGO) no território Alto Oeste Potiguar, considerando o período desde a sua criação, ou seja, de 2005 a 2022. E como objetivos específicos, tem-se: fazer a caracterização socioeconômica do Território Alto Oeste Potiguar; demonstrar a distribuição e descentralização dos recursos concedidos pelo Banco do Nordeste (BNB), por município e por atividade; descrever as operações do Agroamigo no território, utilizando variáveis como valor, distribuição por gênero e por atividade econômica e finalidade da operação de crédito.

O quadro geral sinaliza para a necessidade de pesquisas e estudos sobre a descentralização das microfinanças na realidade da produção agropecuária regional, e que sugerem como propósitos compreender as dinâmicas com suas dificuldades e potencialidades

e preservar aspectos relacionados as tradições, além de potencializar as atividades por meio das cadeias produtivas no espaço rural nordestino.

Acredita-se que o estudo também seja relevante para coletar dados e informações sobre o segmento e permitir a estruturação de intervenções por parte do Poder Público, bem como perspectivas de aprimoramentos na operacionalização das linhas de Crédito Rural, como o programa AGROAMIGO, a partir de eventuais correções de rumos e, assim contribuir para o desenvolvimento rural. Considera-se também prováveis contribuições do trabalho para apresentar os desafios e as possibilidades de melhorias para os dos estabelecimentos rurais no território estudado.

Este manuscrito está dividido nas seguintes seções: além da introdução e das considerações finais, na seção 2 apresenta-se revisão da literatura sobre o microcrédito como instrumento para gerar oportunidades na agricultura familiar. Na seção 3 consta a caracterização do território Alto Oeste Potiguar e um percurso metodológico com explanação sobre o ambiente de estudo, atores entrevistados e formas de coleta de dados. E, na seção 4, os resultados da pesquisa sob a perspectiva dos significados que reverberam o desempenho do AGROAMIGO no território da Cidadania Alto Oeste Potiguar.

2. MICROCRÉDITO COMO MECANISMO DE GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES EM DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Não é comum na maioria das pesquisas e análises desenvolvidas sobre dinâmicas de desenvolvimento no meio rural brasileiro, conforme Veiga (2001); Abramovay (2004); Nunes *et al.* (2015b), ser notada a preocupação com a vida financeira dos que exercem atividades da agricultura e da pecuária, e isso se torna ainda mais evidente quando considerados os agricultores familiares mais pobres. No entanto, a gradual afirmação e o esforço realizado no sentido de destacar a agricultura familiar como importante segmento da economia a partir dos anos 1990, faz despertar a necessidade da abertura do acesso aos serviços financeiros por parte dos agricultores familiares.

Esse esforço, segundo Nunes *et al.* (2015b); Nunes, Lima e Freitas (2023), veio acompanhado da necessidade de compreender o papel das organizações coletivas como o braço econômico da agricultura familiar, no sentido de desempenhar a ampliação da base produtiva através da estruturação de sistemas agroalimentares mais diversificados e sustentáveis. Para isso, deveria ser considerada a estratégia de integração da agricultura familiar com a agroindústria de pequeno porte, com a coordenação de cooperativas, numa parceria estratégica dos agricultores familiares com o Estado e demais agentes privados para abrir acesso aos mercados. Para isso, conforme Ploeg (2008), seria imprescindível compreender como os agricultores familiares mais pobres ganham dinheiro, utilizam seus reduzidos recursos, realizam combinações estratégias e obtêm rendimentos crescentes como resultados da atividade para sobreviver por meio da relação entre tecnologia e mercados.

De acordo com Abramovay (2004); Nunes *et al.* (2015b), apesar da disponibilidade de pouco dinheiro, os agricultores familiares conseguem poupar, tentam se resguardar contra riscos físicos e econômicos e contraem empréstimos recorrendo mais ao comércio, se submetendo aos atravessadores, etc. Acontece assim, pois no mercado formal, dos bancos, o crédito além de concentrado existe barreiras burocráticas para o seu acesso e é demasiado caro. Nesse contexto, a característica marcante na vida financeira dos agricultores familiares é a sua própria condição de vulnerabilidade devido à maioria não possuir garantias reais, a

exemplo do direito de propriedade¹ definido por Diniz (2012), que os obrigam a multiplicar e diversificar mecanismos financeiros visando o alcance mínimo da sua sobrevivência.

Essa condição de precariedade muitas vezes vem da deficiência na estrutura de produção econômica, o que Ploeg (2008) define *base de recursos*², que se configura indispensável como garantia do *espaço de manobra* dos agricultores familiares e suas organizações coletivas, e lhes tornar mais preparados e com maior capacidade para superar imprevistos e gerar riqueza nova a partir da agricultura. Para Dias *et al.* (2013); Nunes *et al.* (2020); Alves da Silva e Nunes (2023), as oportunidades de emprego geradas tendem a ser melhor aproveitadas pelos que se apresentam melhor preparados e estruturados, além de organizados na perspectiva da ação coletiva. Conforme Ploeg (2008), o pouco acesso aos recursos financeiros e a fragilidade da *base de recursos* tornam os agricultores despreparados e vulneráveis aos riscos, sejam os físicos relacionados às questões climáticas, doenças na família ou nos rebanhos, sejam econômicos relacionados a preços, forçando a constituir reservas mais seguras de crédito, para se resguardar em situação de imprevistos.

A condição de desenvolver atividades econômicas muitas vezes frágeis e em estruturas de bases precárias, tende a agravar cada vez mais as condições já difíceis dos agricultores familiares quando os obrigam a pagar ainda mais caro pelo crédito informal que recorrem, e pela facilidade e segurança de acessá-lo em momentos de urgência. Para Nunes *et al.* (2015b), essas situações revelam níveis de complexidade e, em certa medida, uma face oculta e invisível do universo das operações financeiras informais realizadas pelos agricultores familiares mais pobres, especialmente da região Nordeste do Brasil. Segundo Abramovay (2004), estas operações são bastante difundidas devido as necessidades mais urgentes das famílias dos agricultores e de suas propriedades por liquidez, poupança e seguros, e isso se configura tanto mais relevante quanto maiores os níveis de pobreza das famílias.

Para Abramovay (2004), eliminar as operações financeiras da rede formal e informal que envolvem os agricultores familiares mais pobres, requer importantes mudanças e ajustes institucionais, que, em grande medida, estão sendo levadas adiante: (...) *o acesso aos bancos é um item indispensável para aumentar as possibilidades de inclusão produtiva dos indivíduos que vivem do trabalho por conta própria e próximos à linha de pobreza*. Mas, apesar do entusiasmo baseado no acesso dos mais pobres aos bancos, conforme Nunes *et al.* (2015b), não se pode deixar de considerar a concentração exacerbada do crédito nos bancos, além do elevado custo das operações para os mais pobres. Das mudanças e ajustes institucionais, conforme Nunes, Lima e Freitas (2023), caberia ao Estado agir e descentralizar o crédito, quebrando a hegemonia dos poucos grandes bancos que decidem priorizar as grandes e poucas operações para os mais ricos; e atribuir às cooperativas de crédito as operações de pequena escala para alcançar maior capilaridade de acesso e uso mais eficiente do crédito por parte dos agricultores familiares mais pobres. É o que constatam Nunes *et al.* (2014), quando comparam regionalmente as principais políticas agrárias e agrícolas brasileiras, revelando que a região Sul do Brasil é a que mais utiliza o crédito em relação às demais, justamente por se apresentar com melhor estrutura de produção econômica e de organização coletiva (cooperativas), e o crédito ser bem mais descentralizado por meio das cooperativas de crédito.

¹ Segundo Diniz (2012), o direito de propriedade pode ser entendido como “o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou incorpóreo, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha”.

² Segundo Ploeg (2008), a *base de recursos* é a infraestrutura de produção econômica e de organização coletiva que ao longo do tempo é formada e aperfeiçoada pelos agricultores familiares, e define os diferentes *estilos de agricultura* a partir do padrão técnico adotado, seja este constituído por tecnologias modernas obtidas externamente, produzidas no interior da propriedade, ou as obtidas através da combinação das duas situações.

Segundo Kageyama (2004); Schneider (2010), a noção de desenvolvimento rural foi pautada pela intervenção do Estado, com políticas regionais articuladas ao esforço em reconstruir a agricultura em níveis locais. De acordo com Nunes *et al.* (2014); Nunes e Gomes Silva (2022), as políticas para serem assertivas e mais efetivas precisam alcançar resultados, utilizando recursos e pessoas da própria região e instrumentos (bancos de desenvolvimento, Universidades, etc.) em projetos produtivos. Isso no sentido de potencializar processos em dinâmicas de desenvolvimento rural, e fazer surgir economias regionais de densidade econômica por meio de cadeias produtivas capazes de inovar e disparar o empreendedorismo incluyente e a geração de oportunidades de emprego. Para isso, se fazem necessárias mudanças e adequações institucionais para possibilitar o acesso para os agricultores familiares aos instrumentos e às práticas e técnicas mais avançadas, de vanguarda, dar segurança jurídica à propriedade e dotá-los de capacidades para estarem mais preparados diante das dificuldades.

De acordo com Nunes e Schneider (2013), a estratégia de desenvolvimento rural deve ser pautada em três ambições entrelaçadas: a) assegurar atributos empresariais à agricultura familiar organizada coletivamente; b) proceder a escalada da agregação de valor por meio das agroindústrias de pequeno porte e ampliar a diversificação de cadeias produtivas no meio rural e; c) construir uma classe média rural cada vez mais forte e variada. Para isso, segundo Nunes *et al.* (2018); Gurgel *et al.* (2022), a organização coletiva dos agricultores familiares, a ajuda técnica e a distribuição mais descentralizada da terra e do crédito são indispensáveis para uma base produtiva mais diversificada e de maior densidade econômica.

Essas ambições sugerem uma realidade mais pulsante para o meio rural, em que devem ser consideradas trajetórias transformadoras de experiências bem-sucedidas que possam servir de exemplo a ser reproduzidas na escala mais adequada. E aqui tem como destaque, conforme Nunes, Lima, Freitas (2023), a experiência americana do extensionismo agrícola do século XIX em que, no período entre a Independência e a Guerra Civil, os americanos construíram um plano de país, a partir de uma articulação mobilizadora de cima, por parte do Estado, com os recursos mais abundantes na época: a agricultura e as finanças. Pelo lado da agricultura, conforme consta nos *relatórios sobre as manufaturas* de Hamilton (2000), os americanos rejeitaram o caminho inglês da concentração agrária, distribuíram as terras na fronteira agrícola e trouxeram a ciência para a porteira dos agricultores.

Para isso, foram criadas Universidades para promover a ciência agrícola por meio do extensionismo, descentralizaram o crédito e asseguraram, por meio de finanças de pequena escala, uma agricultura de padrão familiar e atributos empresariais que se integrava às práticas da manufatura (agroindústria de pequeno porte) e cooperavam entre si com mutirões de pessoas e recursos para alcançar escala (cooperativas). As finanças de pequena escala por meio do crédito descentralizado e somadas às ações do extensionismo asseguraram os agricultores familiares contra a sua vulnerabilidade característica, que rondam a agricultura: o risco físico (volatilidade clima); e o risco econômico (volatilidade preço). Dessa forma, para Nunes, Lima, Freitas (2023), foram definidas bases jurídicas e institucionais para um empreendedorismo incluyente e geração de oportunidades através de uma agricultura de porte familiar, porém com característica empresarial, ao mesmo tempo que tinham as finanças de pequena escala descentralizadas e melhor uso do crédito por parte dos agricultores familiares.

Quanto ao risco físico, regiões a exemplo do semiárido do Nordeste brasileiro se caracterizam como áreas agrícolas de risco climático, em que a previsão é a de que as culturas comerciais e de subsistência se encontram em área de risco climático considerando especialmente o balanço hídrico, ou seja, a relação entre clima, solo e planta. E em tempos de preocupação com questões climáticas, o AGROAMIGO se apresenta um mecanismo de política com execução no semiárido nordestino, e, além de sua importância para gerar oportunidades, deve ser considerado pelo seu apelo sustentável. É de se considerar que as

atividades desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar e com apoio do microcrédito pelo AGROAMIGO devam sinalizar para o que a literatura internacional recente tem destacado sobre a metodologia FEW Nexus (MARSDEN, RUCINSKA, 2019; FEITOSA *et al.*, 2022).

Segundo Aquino, Nunes e Alves da Silva (2023) a FEW Nexus (*Food, Energy and Water*) foi formulada à luz dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e sintetiza a interface entre produção de alimento, energia e água. Na perspectiva FEW Nexus, esses três elementos atuam de forma interdependente e, mesmo representando o poder da natureza, se encontram sob os efeitos das mudanças climáticas. Neste caso específico do AGROAMIGO, as operações para a pecuária devem estar integradas com ajustes contínuos da estrutura de oferta hídrica e a geração de energia renovável. Para Aquino, Nunes e Alves da Silva (2023), a relação entre produção de alimentos, água, energia e digitalização sinaliza para as carências dos agricultores familiares quanto à estruturação de sistemas agroalimentares mais diversificados e sustentáveis.

Esses três elementos devem estar internalizados em dinâmicas de desenvolvimento rural através da integração da agricultura familiar com a agroindústria de pequeno porte, com a coordenação de cooperativas, em que se encontrem implícitas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), para uma gestão mais intensiva em digitalização para a construção de mercados. Neste contexto, o uso de energias renováveis se daria no âmbito das cooperativas, com o intuito de modernizar cadeias produtivas promissoras da agricultura familiar, em especial as do semiárido. Esse é um caminho promissor quanto a geração de oportunidades e de desenvolvimento, mas que tenderá a exigir do AGROAMIGO uma perspectiva para atividades cada vez mais geradoras de menos carbono no âmbito da agricultura familiar, como as baseadas na agroecologia. Além disso, a perspectiva dos 17 ODS da ONU pode contribuir tanto para gerar oportunidades de inclusão, como para reduzir desigualdades e construir mercados, através de estratégias para as cadeias produtivas mais promissoras, diversificadas e pulsantes em dinâmicas regionais de desenvolvimento rural.

E quanto ao risco econômico, cabe a elaboração de estratégias no sentido enfatizado por Saccomandi (1998), de afastamento gradual dos mercados nocivos de um lado, e da qualificação produtiva visando o soerguimento dos agricultores familiares, para torna-los mais preparados diante dos monopólios e oligopólios. As estratégias de geração de oportunidades e de desenvolvimento a partir da agricultura familiar, conforme Nunes, Lima e Freitas (2023), devem considerar o modelo construído para a agricultura brasileira. O modelo econômico para a agricultura abraçou o caminho da concentração agrária (em empresas rurais e grandes cooperativas) partir dos anos 1950, e no final dos anos 1980 o padrão técnico de produção agrícola aprofundou a sua conexão com o regime alimentar global predominantes, de acordo com McMichael (2013)³, neste caso o regime alimentar *corporativo*.

Para Nunes, Lima e Freitas (2023), o modelo agrícola atrelado ao regime alimentar *corporativo* passou a expressar um esmagador e assimétrico processo de comercialização, que marginaliza os agricultores familiares e subtrai deles qualquer capacidade de acessar cadeias de comercialização, tanto as cadeias curtas (locais de mercado interno) como as cadeias longas (globais de exportação). E esse processo de histórica deficiência na comercialização é o que faz com que os agricultores familiares acabem padecendo diante do risco econômico dos preços, e sucumbindo nas mãos dos atravessadores, que destroem qualquer esperança ou possibilidade de se organizarem coletivamente (em cooperativas), de agregar valor a partir de iniciativas da agroindústria de pequeno porte e de construir e abrir o acesso aos mercados.

³ Para McMichael (2013), quanto aos regimes predominantes, o primeiro regime alimentar *colonial* (ou imperial) abrange o período de 1870 a 1914, o segundo regime *mercantil-industrial* compõe de 1947 a 1973, e por fim, o terceiro regime, o *corporativo*, que inicia a sua hegemonia no final da década de 1980 a partir do processo da globalização da economia mundial, e que vem até os dias atuais.

Esses dois tipos de risco sem a ação de assegurar os agricultores familiares limitam a geração de oportunidades e desenvolvimento na agricultura familiar, e passam a exigir cada vez mais instrumentos de política agrícola de gestão e de governança que qualifiquem e preparem os agricultores familiares e suas organizações coletivas. E um caminho é apontado para o que, Nunes *et al.* (2018); Gurgel *et al.* (2022) sugerem, ou seja, que com a terra e o crédito descentralizados e com a ajuda dos serviços de ATER ampliados pelo incremento da digitalização, seja realizado um extensionismo que leve a ciência até o agricultor. Essa ação é necessária para que haja evolução sobre novas cadeias produtivas, sobre a construção da *base de recursos*, segundo Ploeg (2008), e orientação sobre práticas e técnicas mais avançadas na estruturação de sistemas agroalimentares localizados, com cada vez mais redução de perdas.

Assim, de acordo com Aquino e Bastos (2015); Aquino *et al.* (2020); Nunes *et al.* (2015a; 2019), espera-se do AGROAMIGO uma contribuição em que o crédito mais descentralizado venha financiar atividades econômicas da agricultura familiar, em que nas modalidades tenham mais operações e recursos para custeio que investimento. Isso contribuiria de forma mais assertiva, segundo Abramovay (2012), se o microcrédito não fosse tão direcionado para as atividades tradicionais, e concentrado de maneira exacerbada na pecuária. Assim, segundo Nunes *et al.* (2019), ao invés de uma estratégia mais assertiva com ações de diversificação e propulsão com cadeias produtivas para gerar oportunidades e desenvolvimento na agricultura familiar da região Nordeste, o AGROAMIGO vêm, ao longo do tempo, reproduzindo um círculo vicioso. E o caminho tem sido semelhante ao dos contratos baseados nas ofertas de “Balcão”, em que são oferecidas cotas de acesso, ou quantidades de recursos, além de definidas as condições para que agricultores mostrem interesse e se credenciem para obter sua parte do contrato.

Essa é uma estratégia que se reproduz, alimentando um círculo vicioso que reduz de forma significativa o esforço para dinamizar economias regionais, assim como gerar a diversificação das bases produtivas, com vistas a gerar densidade econômica e mais ocupações no meio rural. Essa é a perspectiva para a geração de oportunidades por um AGROAMIGO mais descentralizado, internalizado na integração da agricultura familiar com a agroindústria de pequeno porte, e coordenada por cooperativas, o que pode fortalecer os mercados locais e, conseqüentemente, tornar economias regionais mais variadas e pulsantes.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

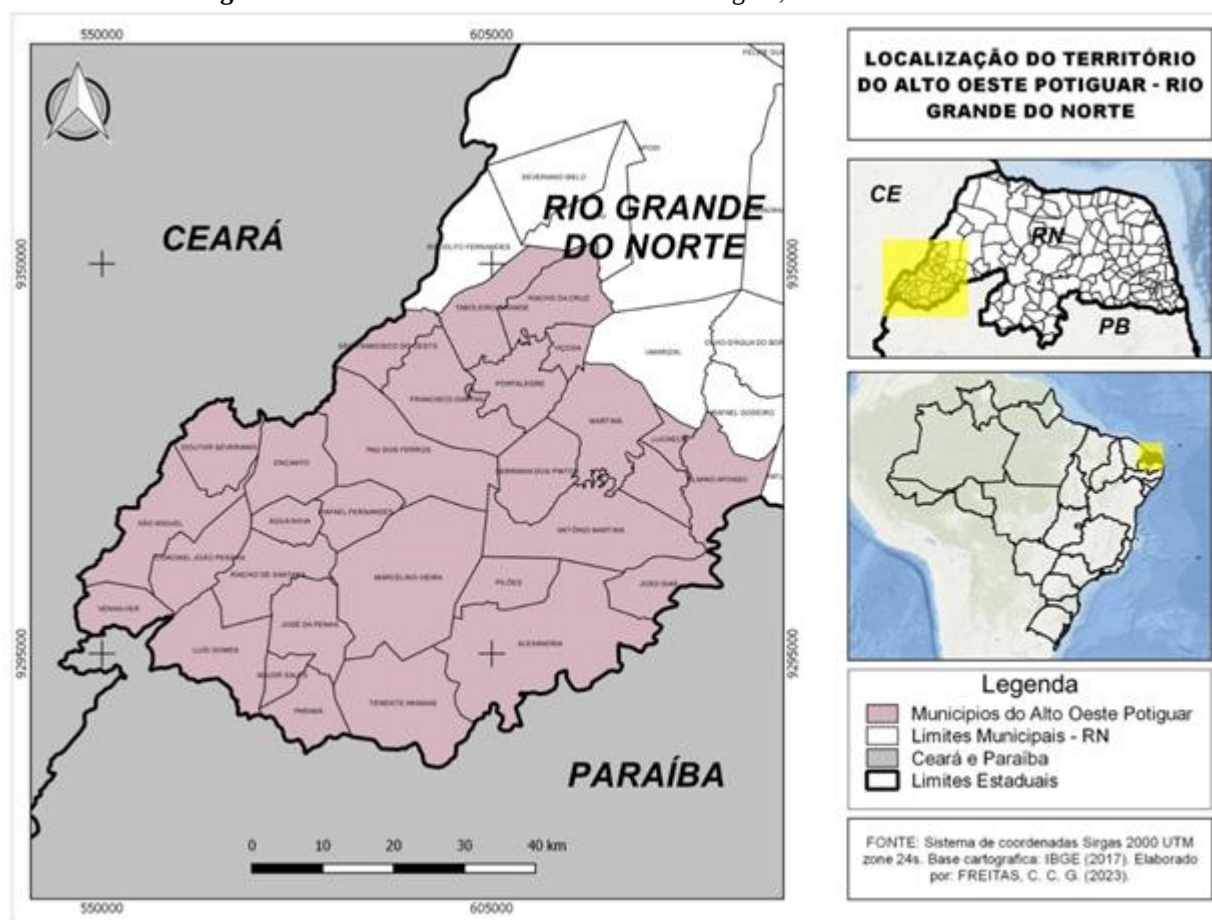
Considera-se que o território Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte, constituído por 30 municípios é um recorte geográfico representativo do contexto do semiárido da região Nordeste, onde as operações do AGROAMIGO se concentram, ao longo do tempo, nas atividades relacionadas com a pecuária. Conforme Nunes *et al.* (2020), a configuração socioeconômica e espacial, no caso específico do território Alto Oeste Potiguar, é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, onde a terra já se encontra desconcentrada. Dos territórios do Rio Grande do Norte, o Alto Oeste Potiguar é o de estrutura de produção econômica mais frágil, onde são poucas e desestruturadas cadeias produtivas, sendo o território o que mais recebe transferências públicas do estado.

Essa caracterização do território Alto Oeste Potiguar expressa um ambiente adequado para uma ação mais assertiva por parte do AGROAMIGO para a geração de oportunidades e de desenvolvimento na agricultura familiar, numa contribuição para a construção de dinâmicas regionais de desenvolvimento rural. Para Nunes *et al.* (2015a), já que a terra já se encontra desconcentrada o acesso ao crédito, mesmo se tratando de operações de microcrédito, deveria ser descentralizado em unidades de cooperativas de crédito, ao invés de ser altamente concentrado em um único banco, e executado por uma Organização da Sociedade Civil, o Instituto Nordeste Cidadania (INEC). A descentralização do crédito

somada com a já descentralizada estrutura fundiária do território, Conforme Pilon e Nunes (2022), pode induzir a estruturação das cadeias produtivas existentes e criar atividades produtivas novas, ampliando as perspectivas de crescimento da produção econômica e da geração de mais oportunidades de emprego e do desenvolvimento no meio rural.

A delimitação do Território Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte, foi estabelecida a partir de critérios do Programa Territórios da Cidadania, instituído pelo Governo Federal em 2008, e a sua constituição se deu a partir da reunião de trinta municípios: Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, José da Penha, Lucrécia, Luís Gomes, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Paraná, Pau dos Ferros, Pilões, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Venha-Ver, Água Nova, Coronel João Pessoa, João Dias e Viçosa, conforme Figura 1. Com área de 4.115,10 Km² e população total de 196.291 habitantes, dos quais 127.158 habitantes residem na área urbana, o que corresponde a 64,78% e 69.133 no meio rural, o que corresponde a 35,22% do total. O Índice de Desenvolvimento Humano médio do Território era de 0,64. (BARRETO FILHO; LIMA JÚNIOR, 2020).

Figura1: Recorte do Território do Alto Oeste Potiguar, Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE

A metodologia utilizada no decorrer desta pesquisa, segundo Fonseca (2002, p. 52) pode ser definida como: “A explicação detalhada de toda a ação a desenvolver durante o trabalho”. O método, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 83), diz respeito a “um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite

alcançar o objetivo”. O método, neste sentido, faz uso de dados sistematizados e reais. Gil (2002, p. 8) diz que “[...] pode-se definir método como caminho para chegar a determinado fim e método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento”. Neste sentido, o método de abordagem foi o comparativo que, segundo Gil (2002, p. 16), dá-se pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com visitas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Assim, foram analisados dados de uma série histórica, comparando a evolução do AGROAMIGO no território Alto Oeste Potiguar, a partir dos dados fornecidos pelo Banco do Nordeste dos anos de 2005 até 2022.

Quanto as variáveis analisadas foram as a seguir: i) valor contratado na sequência de anos (2005–2022); ii) quantidade de operação por gênero e referência de valores; iii) e porcentagem de atividades e valores distribuídos para o Território Alto Oeste Potiguar. Todos os dados foram interpretados e analisados por meio da estatística descritiva, levando em consideração o referencial estudado e fazendo uma relação dos resultados com a literatura tentando assim compreender e explicar os dados. O território estudado foi o Alto Oeste Potiguar, Rio Grande do Norte, e o município de Pau dos Ferros é considerado o seu principal centro econômico, localizado próximo as divisas do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, sendo um centro aglutinador da dinâmica da economia e da população regional (CAVALCANTE; BEZERRA; MOREIRA, 2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O AGROAMIGO evolução e desempenho nos 18 anos de sua operacionalização na agricultura familiar do território Alto Oeste Potiguar

A região Nordeste do Brasil, em especial o semiárido, ainda apresenta uma economia produtiva baseada em estruturas precárias, com desigualdades internas e capacidades reduzidas de geração de oportunidades e de desenvolvimento no âmbito da agricultura familiar. As políticas públicas implementadas são direcionadas para diminuir a desigualdade, e dentre as finalidades do microcrédito está a de dar apoio financeiro aos agricultores familiares mais pobres, contribuindo com a redução das ameaças de exclusão. Conforme dados da pesquisa, no território Alto Oeste Potiguar no ano de 2005 o valor contratado foi de R\$249.276, inicialmente um valor baixo comparado aos anos seguintes. No ano de 2014 o valor foi de R\$ 45.345.642,31 (em todo o território). No ano de 2022 esse valor foi de R\$ 33.500.316,61.

No ano de 2005 apenas 5 municípios receberam financiamentos, são eles: Alexandria, Pilões, Encanto e Luiz Gomes. A análise foi iniciada pelo ano de 2005 que apresenta uma pequena distribuição, envolvendo apenas cinco municípios. O município de Alexandria somou um total de R\$ 57.952,80 em 60 operações ali descritas, o município de Pilões apresentou um valor R\$ 43.116,60 e 45 operações, Encanto apresentou um valor de R\$ 40.207,79 e um total de 43 operações, já o município de Luiz Gomes apresentou um total R\$ 107.999,37 e 108 operações. Na tabela 1 apresenta-se o valor e a quantidade de operações no ano de 2022, reforçando a informação do mapa dos municípios.

Tabela 1: Valor e quantidade de operações – AGROAMIGO (2022).

CIDADE	VALOR	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES
Água Nova	R\$ 436.482,00	67
Alexandria	R\$ 1.438.241,15	233
Almino Afonso	R\$ 798.347,50	113
Antônio Martins	R\$ 3.055.861,67	504

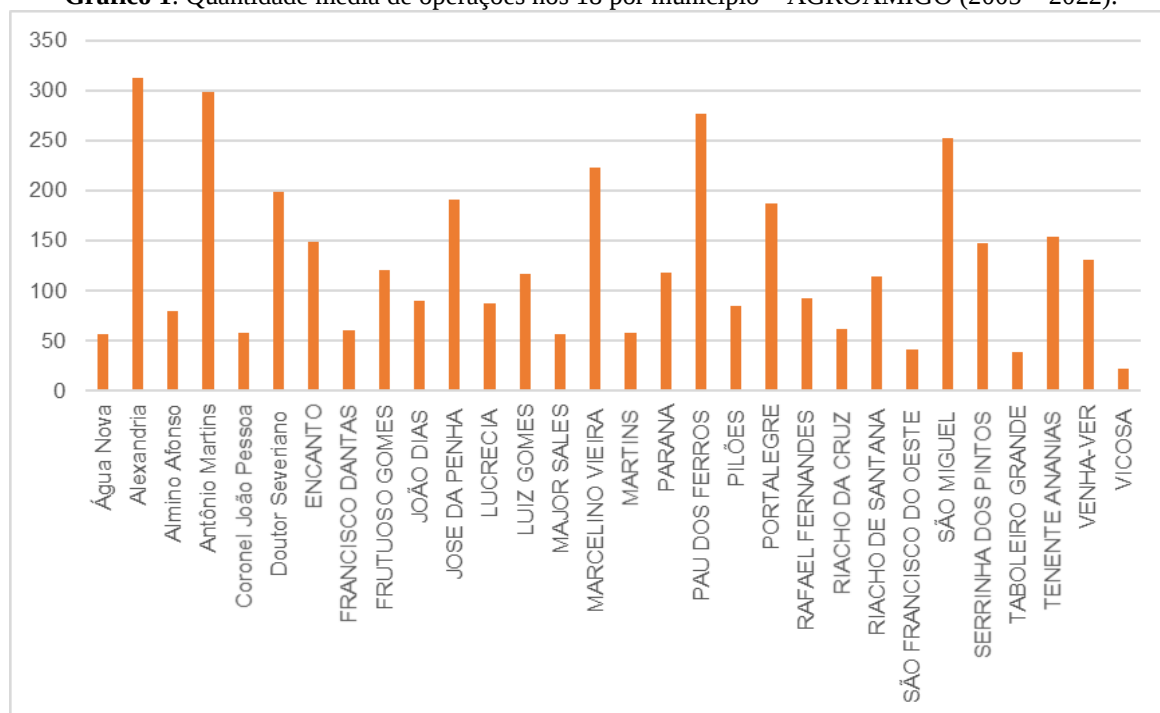
Coronel João Pessoa	R\$ 566.385,85	62
Doutor Severiano	R\$ 2.988.370,99	506
Encanto	R\$ 934.885,08	153
Francisco Dantas	R\$ 1.026.902,00	144
Frutuoso gomes	R\$ 622.440,25	100
João Dias	R\$ 444.000,00	75
Jose da penha	R\$ 1.567.769,11	264
Lucrécia	R\$ 1.244.894,00	211
Luiz gomes	R\$ 474.966,20	75
Major Sales	R\$ 298.000,00	51
Marcelino vieira	R\$ 2.053.071,31	347
Martins	R\$ 418.000,00	72
Paraná	R\$ 1.060.381,38	171
Pau dos ferros	R\$ 931.270,45	144
Pilões	R\$ 911.504,00	148
Portalegre	R\$ 1.143.888,80	194
Rafael Fernandes	R\$ 871.245,52	131
Riacho da cruz	R\$ 267.000,00	45
Riacho de Santana	R\$ 1.279.869,44	221
São Francisco do Oeste	R\$ 650.889,50	102
São Miguel	R\$ 2.409.190,15	422
Serrinha dos Pintos	R\$ 1.049.418,50	170
Taboleiro Grande	R\$ 416.695,20	64
Tenente Ananias	R\$ 2.374.975,16	388
Venha-Ver	R\$ 1.580.478,86	262
Viçosa	R\$ 184.892,54	27

Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

Os municípios de destaque na análise no ano de 2022 com os maiores valores e proporcionalmente quantidade de operações são: Alexandria com o valor de R\$1.438.241,15; Antônio Martins R\$ 3.055.861,67; Doutor Severiano 2.988.370,99; Francisco Dantas R\$ 1.026.902,00; Jose da Penha R\$1.567.769,11; Lucrécia R\$ 1.567.769,11; Marcelino Vieira R\$ 2.53.071,31; Paraná R\$1.060.381,38; Portalegre R\$ 1.143.888,80; Riacho de Santana R\$1.279.869,44.

O gráfico 1 apresenta a quantidade média de operações nos dezoito anos do programa por município, este dado é importante para demonstrar qual município em média recebeu mais ou menos quantidade de operações. A quantidade média é calculada a partir dos valores por ano de cada município, e posteriormente com a soma total desses anos, dividindo-se o total por dezoito que é a quantidade de anos apresentada.

Gráfico 1: Quantidade média de operações nos 18 por município – AGROAMIGO (2005 – 2022).

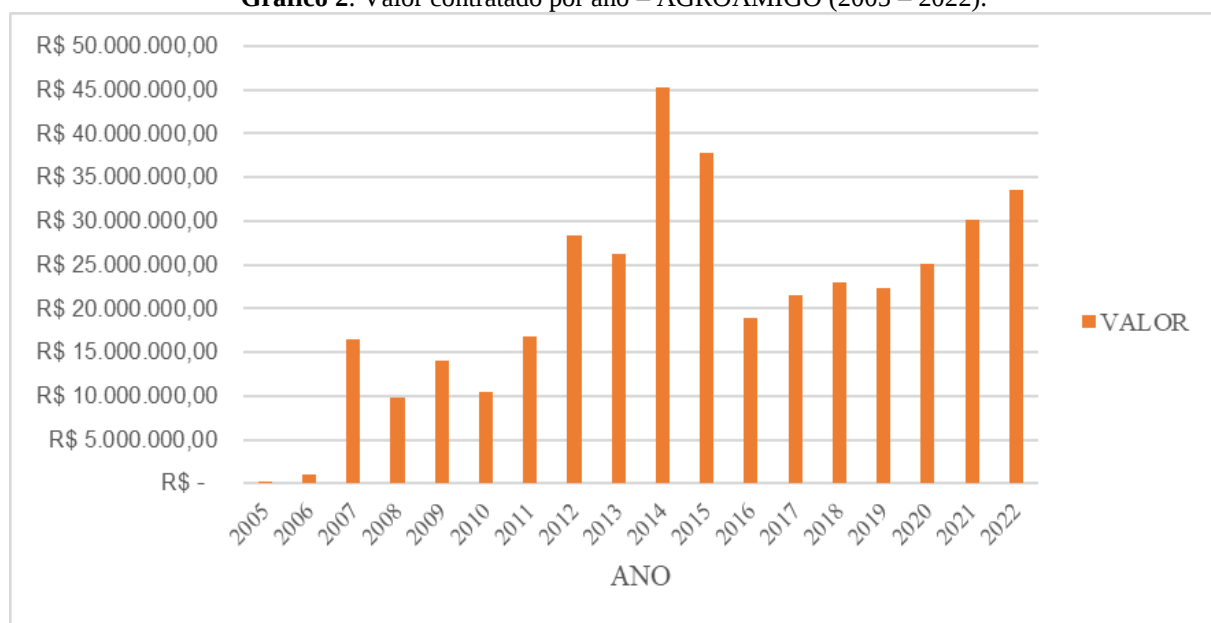


Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

Pelo gráfico pode-se observar que o município de Alexandria se destacou apresentando um valor médio de 313 operações, o município de Antônio Martins apresentou uma quantidade média de 299 operações, Marcelino Vieira 222, Pau dos Ferros 276 e São Miguel 252. Já os municípios com menor valor, destacam-se Água Nova, com a quantidade média de 57 operações, e Viçosa com um total médio de 22 operações.

O gráfico 2 mostra os valores contratados por ano no Território Alto Oeste Potiguar. Inicialmente, no ano de 2005, consegue-se observar a baixa distribuição e consequentemente o baixo valor destinado, sendo assim um forte contraste com os anos seguintes. Pelo gráfico observa-se que o ano de 2014 apresenta um destaque, neste ano o valor contratado foi de R\$ 45.347.642,31. No ano de 2005 o valor contratado foi de R\$249.276,56, apresentando uma evolução significativa no ano de 2022 com um valor de R\$ 33.500.316,61.

Gráfico 2: Valor contratado por ano – AGROAMIGO (2005 – 2022).



Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

A evolução dos contratos no ano de 2010 até 2015 pode ter relação com o período de estiagem nordestina. Neste período os agricultores tiveram que recorrer a políticas de concessão de crédito para conseguir de manter a produção e manter os itens básicos como por exemplo compra de sementes, vacinas do rebanho e a própria ração dos animais. É importante destacar que no ano de 2010 o valor contratado foi de R\$10.464.352,20, passando para R\$28.328.205,65 no ano de 2012 e R\$45.347.642,31 no ano de 2014. Os dados são sugestivos quando se percebe o aumento de valor nesta época, gradativamente ano após ano, o que sugere que o AGROAMIGO serviu de apoio e auxílio aos produtores em um momento difícil e que muitos contratos serviram como suporte para salvar rebanhos e manter a produção agrícola, pecuária e de comércio, dentre outros.

Na tabela 2 destaca-se os valores médios por município no decorrer dos dezoito anos de programa AGROAMIGO. O município de destaque com maior valor médio é Pau dos Ferros com um valor de R\$ 3.219.694,97. Os municípios de Alexandria, Antonio Martins, Doutor Severiano São Miguel e Marcelino Vieira são destaque também com valores acima de um milhão. O município com o menor valor médio foi Major Sales com R\$ 204.665,38.

Tabela 2: Valor médio por município – AGROAMIGO (2005 – 2022).

MUNICÍPIO	VALOR MÉDIO
Água Nova	R\$ 253.054,34
Alexandria	R\$ 1.506.887,27
Almino Afonso	R\$ 459.008,02
Antônio Martins	R\$ 1.280.855,52
Coronel João Pessoa	R\$ 314.159,58
Doutor Severiano	R\$ 1.042.292,87
Encanto	R\$ 731.946,67
Francisco Dantas	R\$ 384.262,23
Frutuoso Gomes	R\$ 494.635,61
João Dias	R\$ 399.846,39
Jose Da Penha	R\$ 945.268,98
Lucrécia	R\$ 508.041,70

Luiz Gomes	R\$ 416.815,59
Major Sales	R\$ 204.665,38
Marcelino Vieira	R\$ 1.084.303,59
Martins	R\$ 338.177,85
Paraná	R\$ 531.832,93
Pau Dos Ferros	R\$ 3.219.694,97
Pilões	R\$ 439.769,50
Portalegre	R\$ 797.511,32
Rafael Fernandes	R\$ 522.804,55
Riacho Da Cruz	R\$ 239.668,92
Riacho De Santana	R\$ 611.745,35
São Francisco Do Oeste	R\$ 313.756,74
São Miguel	R\$ 1.414.346,75
Serrinha Dos Pintos	R\$ 698.546,93
Taboleiro Grande	R\$ 393.378,18
Tenente Ananias	R\$ 894.624,83
Venha-Ver	R\$ 616.357,51
Viçosa	R\$ 100.264,60

Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

No gráfico 3 apresenta-se a quantidade de operações por ano. Observa-se inicialmente que houve um aumento do ano de 2005 para o de 2007, de 256 operações para 4.695, e após isso ocorreu uma queda. No ano de 2007 houve uma queda e o ano de 2008 apresentou apenas 1.932 operações. No ano de 2014 a quantidade de operações chegou em um total de 6.248. O ano de 2022 apresentou um total de 5.466 operações.

Gráfico 3: Quantidade de Operações por ano - AGROAMIGO (2005 – 2022).



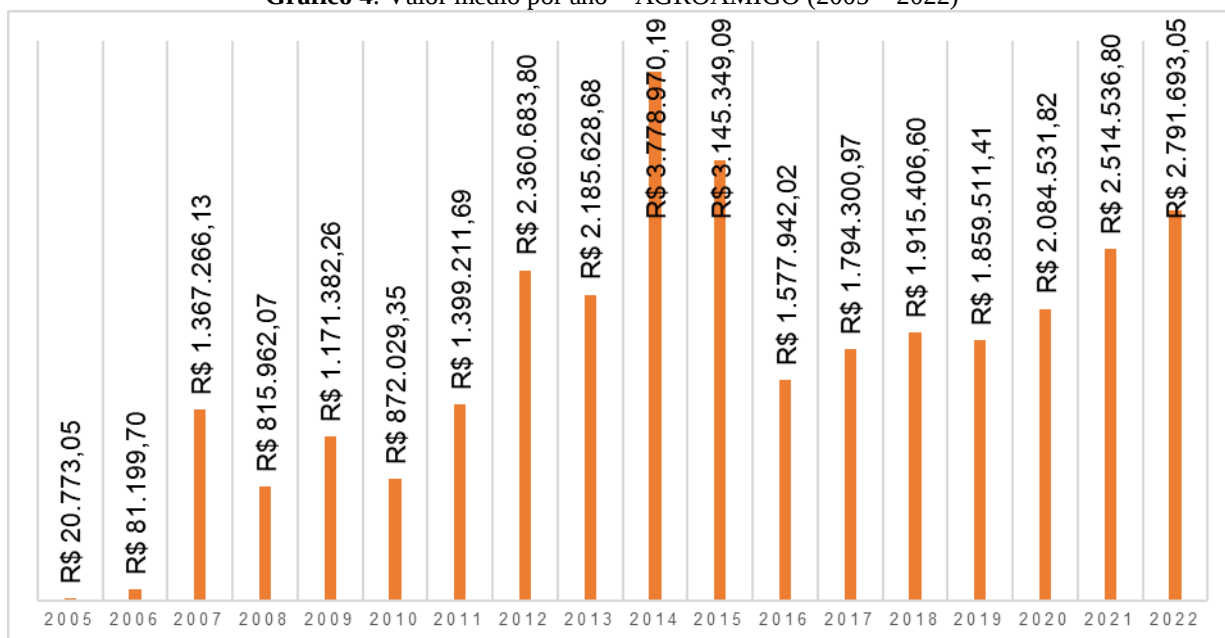
Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

Assim como no valor contratado por ano o número de operações é sugestivo, pois nota-se de acordo com o gráfico 3 que a quantidade de operações sofreu um aumento nos anos

de 2010 para 2014, no ano de 2010 foram 2.575; em 2012 foram 4.574; e em 2014 foram 6.248. Tendo relação direta com os valores contratados, o número de operações aumentou justamente no período de estiagem, no entanto nos anos seguintes houve uma oscilação entre os anos, onde no ano de 2016 o valor foi um pouco mais baixo somando 4.533 operações.

O gráfico 4 mostra o valor médio contratado no decorrer dos anos. Neste caso, o ano de 2005 apresenta o menor valor R\$ 20.773,05, por consequência do seu valor contratado, assim como em 2014 esse número se eleva e apresenta um valor de R\$ 3.778.970,19. No ano de 2022 o valor médio apresentado é de R\$ 2.791.693,05.

Gráfico 4: Valor médio por ano – AGROAMIGO (2005 – 2022)



Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

Na tabela 4 observa-se o valor por ano liberado pelo AGROAMIGO, e a separação do valor masculino e feminino, a porcentagem mostra a representatividade que cada sexo assume nos valores. Os valores revelam uma participação significativa das mulheres contempladas pelo AGROAMIGO, uma afirmação da relação positiva do microcrédito com as mulheres. A coluna com o Vazio representa o valor dos quais não foram descritos o sexo do contratante, optou-se por colocar essa informação para demonstrar valores exatos na demonstração.

Tabela 1: Evolução do valor dos contratos do AGROAMIGO por sexo (2005 – 2022)

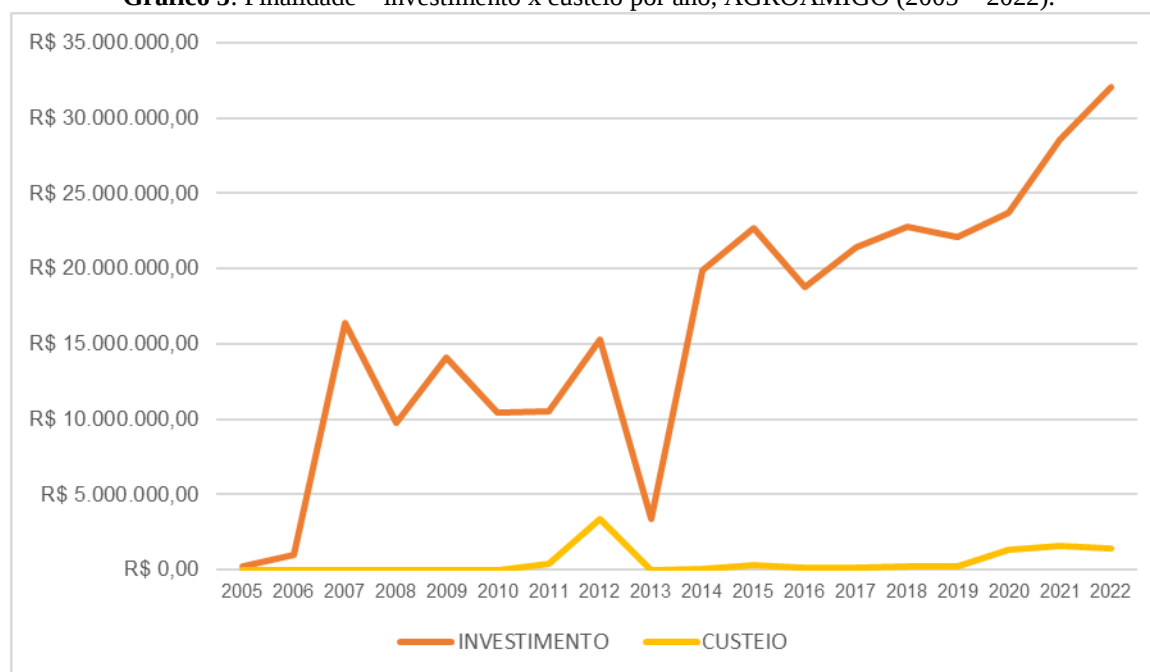
ANO	VALOR (R\$ 1,00)	MASCULINO	%	FEMININO	%	VAZIO
2005	249.276	154.134	61,83%	91.141	36,56%	4.000
2006	974.396	535.125	54,92%	438.270	44,98%	1.000
2007	16.407.193	9.807.914	59,78%	4.376.334	26,67%	2.217.242
2008	9.791.544	4.570.442	46,68%	1.330.061	13,58%	3.891.040
2009	14.056.587	5.831.160	41,48%	1.651.153	11,75%	6.574.272
2010	10.464.352	3.527.213	33,71%	2.074.871	19,83%	4.862.267

2011	16.790.540	6.132.066	36,52%	2.986.134	17,78%	7.672.339
2012	28.328.205	12.713.785	44,88%	5.154.661	18,20%	10.459.757
2013	26.227.554	10.578.873	40,33%	4.614.981	17,60%	11.033.688
2014	45.347.642	12.383.001	27,31%	6.152.777	13,57%	26.811.863
2015	37.744.189	11.872.182	31,45%	8.668.385	22,97%	17.203.621
2016	18.935.304	10.624.420	56,11%	8.310.883	43,89%	0
2017	21.531.611	11.445.212	53,16%	10.086.398	46,84%	0
2018	22.984.879	12.484.022	54,31%	10.500.856	45,69%	0
2019	22.314.136	11.729.544	52,57%	10.584.592	47,43%	0
2020	25.014.381	12.902.112	51,58%	12.112.269	48,42%	0
2021	30.174.441	15.883.028	52,64%	14.291.412	47,36%	0
2022	33.500.316	16.969.293	50,65%	16.531.022	49,35%	0
Total	380.836.543	170.143.537	44,68%	119.956.211	31,50%	90.731.089

Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

A tabela está dividida por coluna, a primeira coluna tem-se o ano do programa, na segunda o valor contratado em real, a terceira coluna apresenta o valor em real do sexo masculino no ano em questão, a quarta coluna apresenta a porcentagem do valor do sexo masculino em relação ao total, a quinta coluna apresenta o valor em real do sexo feminino e logo em seguida na sexta coluna o valor em porcentagem. A última coluna como descreve-se anteriormente são os valores em que os entrevistados não identificaram o sexo. No gráfico 5, apresenta-se os dados da finalidade de valor de investimento ou custeio na sequência de anos.

Gráfico 5: Finalidade – investimento x custeio por ano, AGROAMIGO (2005 – 2022).



Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

Como demonstrado os maiores desafios dos países em desenvolvimento e suas regiões é replicar todos os recursos com finalidades ao investimento e custeio, já que os recursos de investimento e custeio são destinados a diferentes atividades. O investimento é de longo prazo e destinado mais para a construção de infraestrutura públicas ou privadas de produção econômica; e o custeio é de curto prazo e é utilizado como insumo em uma infraestrutura existente que, a partir dessa estrutura, gera riquezas novas e cria-se as oportunidades de emprego e de desenvolvimento no meio rural.

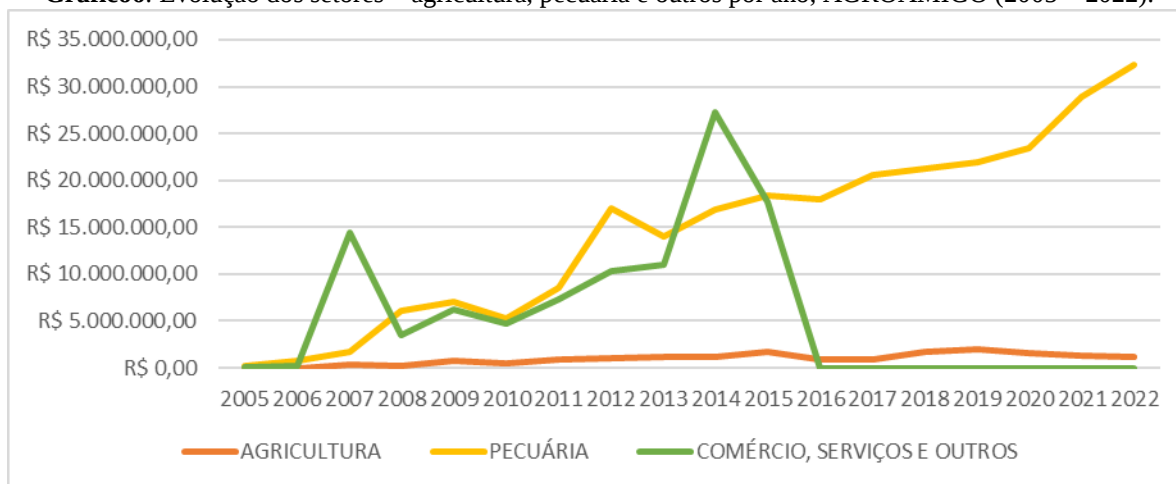
Considerando o contexto histórico do AGROAMIGO e o desempenho no decorrer dos dezoito anos nas suas modalidades investimento e custeio, o gráfico mostra uma evolução na finalidade de investimento até o ano de 2012 no território e uma queda no ano de 2013. No ano de 2005 foi destinado R\$ 249.276,56 para investimento, chegou a atingir R\$ 16.407.193,56 no ano de 2007 e R\$32.062.139,61 no ano de 2022.

Já a finalidade custeio aparece inicialmente a partir do ano de 2011 com um valor abaixo da finalidade investimento. No ano de 2011 somou R\$ 375.220,60, já o ano de 2022 somou um valor de R\$ 1.438.177,00 como demonstra o gráfico 6, ou seja, a partir de 2011 que os agricultores começaram a utilizar-se do custeio que coincide com a época de intensa estiagem no Nordeste no mesmo ano. Pode-se, então, interpretar que os recursos do AGROAMIGO foram utilizados para compra de itens necessários e básicos na operação agropecuária, como ração, vacinas e outras necessidades básicas dos agricultores familiares. Outro fator importante de destacar é que no ano de 2013/2014 houve uma dramática queda nas operações, interpreta-se que essa queda pode estar associada aos anos de seca e, consequentemente, a inadimplência de muitos agricultores diante da estiagem.

A agricultura familiar se estabelece em diversas dimensões, e pode-se citar dentre elas as relações de mercado, a produção e as trocas entre países destes insumos e produtos, a discussão de implemento tecnológico e as diversas facetas em torno disso, as iniciativas públicas de incentivo e as políticas de cunho social, econômico e produtivo.

No gráfico 6, pode-se perceber a evolução da agricultura, pecuária e comércios no decorrer dos anos, ao analisar os dados propostos percebe-se o destaque da pecuária em relação as outras atividades, bem como a evolução dos valores no decorrer dos 18 anos de programa. É importante destacar que a pecuária é uma atividade de destaque no território Alto Oeste e é muito importante tanto nos aspectos econômicos como sociais. No ano de 2005 a pecuária apresentou um valor de apenas R\$ 240.521,39, com a evolução dos anos, no ano de 2022 esse valou passou a ser R\$ 32.337.527,11.

Gráfico6: Evolução dos setores – agricultura, pecuária e outros por ano, AGROAMIGO (2005 – 2022).



Fonte: Produção autoral com base em BNB (2023).

É imprescindível destacar que na sequência desses longos 18 anos, diversos fatores influenciaram o programa, a exemplo dos governos federais. O impacto político nas delimitações das atividades impulsionadas nestes anos teve como resultado os valores apresentados, o impulsionamento ou não da atividade, como por exemplo o destaque para o comércio a partir do ano de 2015 que teve uma queda drástica depois deste ano. Na pesquisa todos os valores são descritos, a evolução de 2005 até 2022 da agricultura, pecuária e comércio serviços e outros. Nota-se que os valores do comércio serviços e outros a partir do

ano de 2016 não aparecem na nossa base de dados e nas análises. O maior valor de destaque foi no ano de 2014 com o valor de R\$ 27.297.463,25.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação central em construir este artigo foi analisar o Agroamigo nos seus anos de operacionalização, de 2005 a 2022, e destacar o seu desempenho e capacidade de contribuição como mecanismo financeiro de pequena escala para a geração de oportunidades e desenvolvimento na agricultura familiar do território da Cidadania Alto Oeste Potiguar, no Rio Grande do Norte. E o período de análise foram os seus dezoito anos de operacionalização, de 2005 a 2022, considerando a sua trajetória, suas perspectivas e seus desafios. Para a consecução do objetivo geral, foi realizada uma revisão de parte da bibliografia sobre o tema, a compilação de dados estatísticos do Censo Agropecuário 2017 e tabulações das operações de microcrédito rural fornecidas diretamente pela equipe do ETENE-BNB.

A pesquisa constatou vários aspectos do AGROAMIGO que merecem consideração na análise. Sem dúvidas, a modalidade microcrédito possui uma inquestionável capacidade para gerar oportunidades e desenvolvimento, contemplar a inclusão de mulheres, e importante para potencializar cadeias produtivas em sistemas agroalimentares mais diversificados e sustentáveis em dinâmicas de desenvolvimento rural da agricultura familiar, e a pesquisa foi realizada no território Alto Oeste. No entanto, para construir as dinâmicas, ou economias regionais de desenvolvimento rural, estratégias devem ser colocadas em prática, a exemplo da integração da agricultura familiar com a agroindústria de pequeno porte, com a coordenação de cooperativas para, com a ajuda do Estado e agentes privados abrir acesso aos mercados. E, tudo isso, introduzindo ações intensas e contínuas dos serviços de ATER, em um extensionismo que, junto com as Universidades, leve o conhecimento e a ciência às portas dos agricultores familiares. Com isso, deve ser considerado a face digital e o apelo sustentável do AGROAMIGO quanto a perspectiva FEW Nexus e os 17 ODS da ONU, o que conduz para a necessidade de mecanismos a exemplo do microcrédito para assegurar os agricultores familiares dos riscos físicos (volatilidade clima) e econômicos (volatilidade preço).

No território Alto Oeste Potiguar percebe-se uma vantagem da desconcentração da terra, no entanto, o microcrédito do AGROAMIGO se apresenta bastante concentrado em um único banco, o BNB, e executado por uma Organização da Sociedade Civil, o INEC, em que a sugestão seria descentralizar as operações de pequena escala em cooperativas de crédito. A pesquisa revelou que não existe uma política de estímulo à diversificação de cadeias produtivas, e a abordagem aos agricultores familiares acontece semelhante aos contratos baseados em oferta de “Balcão”, onde o que se apresenta com urgência é o cumprimento de metas de contratos realizados que o desenvolvimento duradouro.

Por fim, a pesquisa revelou uma concentração exacerbada tanto do número dos contratos como dos valores contratados para as atividades tradicionais, es especial as relacionadas com a pecuária. Isso mostra que o desempenho do AGROAMIGO está apoiado na concentração do crédito e na concentração de atividades, limitando as possibilidades tanto da diversificação econômica como da geração de oportunidades e de desenvolvimento na agricultura familiar do território Alto Oeste Potiguar. Como sugestão da pesquisa, aponta-se aqui a necessidade de ampliar agendas de pesquisas e estudos que venham interpretar e explicar experiências com condições de gerar a inclusão por meio das oportunidades de emprego e desenvolvimento na agricultura familiar de territórios rurais.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem ao ETENE-BNB e ao Escritório Regional do AGROAMIGO com sede em Natal (RN) por disponibilizar os dados utilizados na pesquisa, à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio através do edital MDA/SDT/CNPq, Chamada *Encomendas COSAE/MDA/2013 (APQ)*.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR, M.; MADEIRA, G. A.; *et al* **Cinco anos de Agroamigo**: retrato do público e efeito do programa. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.
- ABRAMOVAY, R. (Org.) **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT; SEBRAE, 2004.
- ALVES DA SILVA, R. M., & NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), e252661, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>
- AQUINO, J. R.; NUNES, E. M.; SILVA, R. M. A. Agroamigo 18 anos depois: trajetória, desafios e perspectivas do programa no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 54, p. 121-144, 2023.
- AQUINO, J. R.; ALVES DA SILVA, R. M.; NUNES, E. M.; COSTA, F. B.; ALBUQUERQUE, W. F. Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 51, p. 113-131, 2020.
- AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa AGROAMIGO na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, jul. p. 139-160, 2015.
- BARRETO FILHO, B. de F.; LIMA JÚNIOR, F. do Ó de. Desenvolvimento socioeconômico e ISDM no território da cidadania do Alto Oeste Potiguar. In: SOUZA, R. C. de; BARRETO FILHO, B. de F.; SILVA, F. de S. B. **Semana de Estudos em Desenvolvimento Regional**. Pau dos Ferros: Departamento de Economia, UERN, CAPF, 2020. p. 141-156.
- CAVALCANTE, R. M. B.; BEZERRA, A. S.; MOREIRA, R. G. Página e Facebook “território Alto Oeste Potiguar”: uma ferramenta no processo de desenvolvimento territorial. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 238-265, 2018.
- DIAS, T. F., NUNES, E. M., TORRES, F. de L., & TORRES, A. C. M. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 9(3). <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v9i3.1127>
- DINIZ, M. H. Reflexos do princípio constitucional da função social da propriedade no usucapião. In: Marcelo Figueiredo. (Org.). **Novos rumos para o direito público** - reflexões em homenagem à Lucia Valle Figueiredo. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, v., p. 309-322.
- FEITOSA, E. R. M.; NUNES, E. M.; ANDRADE, H. D.; SCHNEIDER, S.; ROCHA, A. B. Nexus: agricultura familiar, energias renováveis e construção de mercados nos territórios rurais do Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 60, n. 3, e238969, 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238969>.
- FIORI, J. L. **História, Estratégia e Desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. Rio de Janeiro: Editorial Boitempo, 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GURGEL, R. F. de S., NUNES, E. M., & SILVA, V. M.. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da EMATER e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) no Território da Cidadania Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte. **Extensão Rural**, 29(1), e3, 2022. <https://doi.org/10.5902/2318179669139>

- HAMILTON, A. (1791). **Relatório sobre as Manufaturas**. Rio de Janeiro: MSIA, 2000.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARSDEN, T.; RUCINSKA, K. *After COP21: Contested transitions in the Energy/Agriculture Food Nexus*. Sustainability, (March), 2019.
- McMICHAEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Practical Action Publishing: Warwickshire, 2013.
- NUNES, E. M.; LIMA, J. S. S.; FREITAS, C. C. G. A integração da agricultura familiar com a agroindústria de pequeno porte: a experiência da cadeia da Polpa de Frutas em Apodi, Rio Grande do Norte. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 18, n. 50, p. 256–281, 2023. DOI: 10.14393/RCT185069573. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/69573>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- NUNES, E. M., & GOMES SILVA, P. S. (2023). A Construção de Mercados na Agricultura Familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios do Rio Grande do Norte. *Planejamento E Políticas Públicas*, (63). <https://doi.org/10.38116/ppp63art4>
- NUNES, E. M.; GOMES SILVA, P. S.; SILVA, M. R. F.; SÁ, V. C. O índice de condições de vida (ICV) em territórios rurais do Nordeste: evidências para os territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, p. 1-24, 2020.
- NUNES, E. M.; FRANÇA, A. R. M.; LIMA, J. S. S.; MEDEIROS, L. S. Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi (RN). **Redes** (Santa Cruz do Sul. ONLINE), v. 23, p. 213-236, 2018.
- NUNES, E. M.; GONDIM, M. F. R.; SILVA, M. R. F. Identidade e reestruturação produtiva nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, v. 27, p. 137-166, 2019.
- NUNES, E. M. TÔRRES, F. L.; SILVA, M. R. F.; SÁ, V. C.; GODEIRO-NUNES, K. F. Dinamização econômica e agricultura familiar: limites e desafios do apoio a projetos de infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, p. 529-554, 2015a.
- NUNES, E. M.; LIMA, J. S. S.; TÔRRES, F. L.; FRANÇA, A. R. M.; MEDEIROS, L. S. O Agroamigo e a estruturação da agricultura familiar em Territórios da Cidadania: impactos na cadeia da apicultura no Sertão do Apodi (RN). *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 103-120, 2015b.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S.; MATOS FILHO, J.; GODEIRO, K. F.; AQUINO, J. R. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 43, p. 89-124, 2014.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 44, p. 601-626, 2013.
- PILON, A. A.; NUNES, E. M. O Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo) nos territórios do Rio Grande do Norte. *Cadernos de Economia* Chapecó/SC, v. 26, p. 1-25, 2022.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SACCOMANDI, V. **Agricultural market economics**: a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products. Netherlands, Assen: Royal Van Gorcum, 1998.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 30, p. 511-531, 2010.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, p. 101-119, 2001.